



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Pesquisa do MP aponta déficit de Centros de Assistência Social

Levantamento do Ministério Público do DF indica que faltam pelo menos 25 unidades dos Cras no DF. Atualmente, existem 31

Levantamento inédito realizado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) revela que os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) funcionam de forma insuficiente e precária para atender a população em vulnerabilidade. Atualmente, existem 31 unidades em funcionamento na capital federal, mas seriam necessárias ao menos 56 para garantir a cobertura mínima recomendada às famílias em situação de pobreza e de baixa renda. Ou seja, o déficit é de, pelo menos, 25 unidades. O estudo teve como objetivo examinar a implementação da política de assistência social no DF.

A pesquisa analisou a realidade e o funcionamento dos equipamentos nas regiões administrativas, a estrutura e os recursos humanos disponíveis, além da capacidade de cobertura populacional dos Cras. Segundo dados do Cadastro Único, até 2023 mais de 370 mil famílias estavam registradas no sistema, das quais 76% viviam em condições de pobreza ou baixa renda. Esse percentual equivale a 282.225 famílias referenciadas, o que justificaria a necessidade de 56 unidades. Caso todas as famílias cadastradas fossem consideradas referenciadas, o número de Cras necessários subiria para 74.

O levantamento foi apresentado em reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (Sedes-DF) em setembro. O documento também será apresentado à sociedade civil e às instituições que atuam na área. Estrutura e funcionamento O relatório aponta problemas graves de infraestrutura, como infiltrações, rachaduras, mofo e ausência de acessibilidade, além da falta de espaços adequados para atendimentos sigilosos. Aproximadamente 60% das unidades não possuem rampas ou rotas acessíveis até a recepção e metade não



Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social, até 2026 serão inaugurados mais seis novos Cras

dispõe de banheiro adaptado para pessoas com deficiência. De acordo com o promotor de justiça Bernardo Matos, “o cenário identificado pelo Ministério Público exige respostas rápidas. É fundamental ampliar a rede de Cras, realizar concursos públicos e investir em infraestrutura e recursos materiais, para que esses espaços possam cumprir seu papel de porta de entrada da assistência social”. O promotor acrescenta que o acompanhamento e as vistorias periódicas são essenciais: “a atuação do Ministério Público é para garantir que as políticas públicas sejam implementadas de forma adequada

e assegurar que os serviços cheguem a quem mais precisa”.

Avaliação dos usuários Na etapa da pesquisa dedicada à satisfação dos usuários, foram entrevistadas 430 pessoas atendidas pelos Cras no DF. Apesar de reconhecerem os Cras como a principal porta de entrada para a proteção social básica e elogiarem a postura respeitosa e acolhedora dos profissionais, os entrevistados relataram dificuldades relacionadas ao atendimento via telefone e internet, demora na concessão de benefícios e falta de clareza nas informações. Também destacaram problemas de acessibilidade, ausência de manutenção e carência de espaços

que garantam privacidade nos atendimentos. Outro ponto crítico foi a oferta de atividades coletivas: apenas cerca de 24% dos 21 serviços previstos são executados por todas as unidades, o que fragiliza a implementação do Programa de Atenção Integral à Família (Paif) e compromete ações de convivência e fortalecimento comunitário.

Recursos humanos e materiais A pesquisa também revelou carência de recursos materiais, incluindo transporte interno, mobiliário básico, computadores, impressoras, celulares funcionais, eletrodomésticos, artigos de escritório e materiais pedagógicos e culturais. No que se refere aos recursos humanos, foram identificados problemas como equipes incompletas, alta rotatividade e uso irregular de cargos comissionados na gerência das unidades. A sobrecarga de trabalho e a instabilidade afetam a continuidade do atendimento e impactam a saúde mental dos profissionais, que relataram estresse, desmotivação e sensação de desamparo institucional.

GDF (ainda) aponta a pandemia como causa

“Brasileiras” questionou a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF) sobre o relatório do Ministério Público. A assessoria de imprensa da pasta encaminhou a seguinte nota: “A Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes-DF) esclarece que o aumento de pessoas vulneráveis e da demanda nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) ainda é reflexo das consequências sociais e econômicas da pandemia, não só no DF, mas no Brasil e em todo o mundo.

No que diz respeito à infraestrutura, a Secretaria informa que a renovação dos equipamentos públicos é uma política deste GDF. Nesse sentido, esta gestão possui um cronograma de atendimento e já realizou a manutenção integral de cerca de 50 das suas 90 unidades, incluindo estruturas de acessibilidade, muitas delas sem reforma há até 30 anos, quando a capacidade de atendimento era outra, assim como as normas de acessibilidade. Também houve a renovação de mobiliário e troca total nos últimos quatro anos de 100% dos equipa-

mentos de informática, bem como modernização do principal sistema da Secretaria com a base de dados das famílias vulneráveis. A pasta destaca que nesta gestão foram inauguradas seis novas unidades socioassistenciais, além da reabertura do Cras Samambaia Expansão. Estão previstos ainda, até 2026, seis novos Cras para fortalecer a rede de proteção social: Santa Luzia (Estrutural), Morro da Cruz (São Sebastião), Pôr do Sol, Água Quente, Condomínio Privê (Ceilândia Norte) e Paranoá Parque. É preciso destacar ainda que a

Sedes investiu em medidas para ampliar a capacidade de atendimento nesta gestão e também de valorização de seu quadro de servidores, nomeando mais de mil servidores; ampliando suas cargas horárias para 40h; reestruturando a carreira; firmando parceria para atendimento psicológico gratuito; reformando e abrindo novas unidades socioassistenciais; sofisticando seus sistemas tecnológicos, entre outros. Entretanto, a Pasta reconhece que são necessários mais recursos humanos, por isso tem se articulado para a realização do novo concurso público.



Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social, até 2026 serão inaugurados mais seis novos Cras

Por fim, a Sedes tem dialogado com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) sobre as recomendações e

reafirma seu compromisso de fortalecer a rede de proteção social e de qualificar o atendimento à população que mais precisa.”

Feira #NoEntornoTem traz o melhor de Goiás para o DF

A Feira #NoEntornoTem chega à sua 3ª edição nos dias 18 e 19 de outubro, no estacionamento do Complexo Cultural da Torre de TV, em Brasília (antiga Funarte). Com entrada gratuita, o evento reúne o melhor da cultura, do turismo e da gastronomia goiana, com expositores de todas as cidades do Entorno do Distrito Federal. Neste ano, além dos treze municípios da Região Metropolitana do Entorno (RME), a feira amplia sua diversidade com a estreia de Alto Paraíso, Corumbá de Goiás e



Divulgação/Secretaria do Entorno de GO

Vários shows acontecem durante todo os dois dias do evento

calzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, que compõem a RME. O que vai ter? Com 22 estandes e palco para apresentações artísticas, a programação inclui espaço agro e de artesanato, praça de alimentação, atividades infantis, divulgação de roteiros turísticos e apresentações culturais locais. A feira é uma vitrine das potencialidades do Entorno, conectando o público de Brasília à produção regional e aos destinos turísticos goianos. A Feira #NoEntornoTem é uma iniciativa do Governo de

Goiás, por meio da Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal (SEDF-GO), criada para divulgar os produtos, os roteiros turísticos e os talentos empreendedores da região. Desde a primeira edição, em 2023, o evento vem crescendo em público e estrutura. A última edição reuniu mais de 20 mil visitantes e expositores de 13 municípios, com destaque para a gastronomia, o artesanato e as manifestações culturais do Entorno. Com o sucesso das edições anteriores, a feira se consolida como um dos principais pontos de encontro entre Goiás e Brasília, mostrando que o Entorno é uma região viva, produtiva e cheia de oportunidades.

Vagas no DF poderão ser pagas

Assunto voltou a ser alvo de polêmica na última semana na cidade

Por Thamiris de Azevedo

A Coluna Brasileiras deste jornal noticiou, em dezembro de 2024, a licitação publicada no Diário Oficial do DF para a concessão à iniciativa privada de vagas de carro do DF em um modelo rotativo. Na última semana, o debate sobre assunto voltou a movimentar as redes sociais. O Correio da Manhã procurou a Secretaria da Mobilidade do DF (Semob) para apurar sobre o andamento deste projeto, denominado “Zona Verde”. O projeto segue em curso, mas segundo a Semob, o edital de licitação ainda não foi lançado pois aguarda a análise de outros órgãos. “Os estudos prévios à concessão foram autorizados

em 11 de abril de 2019. Desde então, foram realizados todos os estudos de viabilidade para conceder os estacionamentos rotativos à iniciativa privada, bem como a audiência e a consulta públicas relativas ao tema”, diz a secretaria, em nota. O Correio acessou o projeto de concessão. Segundo o documento, o “Zona Verde” pretende abranger 115 mil vagas nas áreas comerciais da Asa Sul e Asa Norte; Sudoeste; SIG; SIA; Setores Bancários, Comercial e de Autarquias (Sul e Norte); Esplanada; Eixo Monumental e Bolsões nas estações de metrô e BRT. O valor pretendido é de R\$3 por hora. O investimento inicial da empresa privada é de R\$ 70 milhões, com

retorno de 20% mensal do lucro para o Governo do DF. Também consta nos autos uma ata de audiência pública que registra a realização da consulta em 2022, durante o período da pandemia. Ressalta-se que a realização da audiência pública é um pré-requisito essencial para regular prosseguimento do processo. A Semob afirma que a implementação do sistema é uma política de mobilidade urbana que visa desestimular o uso do transporte individual para impactar positivamente o sistema viário. “Busca-se a implementação de políticas públicas visando melhorar e assegurar o uso racional do espaço público”, afirma em nota.

Por outro lado, o presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da Câmara Legislativa do DF, deputado distrital Max Maciel (Psol), fez críticas ao projeto mas reconheceu que se trata de uma política adotada mundialmente e que precisa ser enfrentada no contexto local. “A experiência que defendemos é a de estacionamentos rotativos geridos pelo Estado, com controle social, e com a arrecadação revertida para um fundo de transporte, para subsidiar o sistema. É nisso que acreditamos. Somos contrários à medida atual, que entrega o sistema à iniciativa privada, para o lucro, sem um debate mais amplo com a sociedade”, defende.



Projeto concede vagas à iniciativa privada

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília